

CONSÓRCIO

GEOMETRAL – Técnicas de Medição e Informática, SA
D.712 – Laboratório de Arquitectura, Lda
GECIP – Gabinete de Engenharia Civil e Informática de Projecto, Lda
UNIVERSIDADE DE ÉVORA

**PLANO DE ORDENAMENTO DA ALBUFEIRA
DE VALE DE GAIO**

Fase 1 - Estudos Base

ANEXO 11

Ocupação Urbana

*Rui Picoto da Cunha
Ana Sofia S. Monteiro*

D.712 – Laboratório de Arquitectura, Jan. 1999

ÍNDICE

1 – INTRODUÇÃO	3
2 – CARACTERIZAÇÃO DA VILA DO TORRÃO	4
3 – CARACTERIZAÇÃO DE ELEMENTOS CONSTRUÍDOS NA ÁREA DE ESTUDO	6
4 - CONCLUSÕES	19
BIBLIOGRAFIA	20
FIGURAS	21

1 – INTRODUÇÃO

A área de estudo do Plano de Ordenamento da Albufeira de Vale do Gaio – POAVG - é delimitada no âmbito do Plano Director Municipal de Alcácer do Sal - PDMAS como uma unidade operativa de planeamento e gestão –UOPG - e exclui a vila do Torrão, único aglomerado urbano nas imediações. O limite Nordeste da referida área é coincidente com o perímetro urbano da vila, criando uma situação de vizinhança que introduz alguma dificuldade de caracterização.

Efectivamente se à partida se elimina a necessidade de uma análise do aglomerado, será no mínimo indutor de erro não considerar a dinâmica, implicações e co-relações que esta situação acarreta. Isto é tanto mais evidente quanto é possível observar já uma zona de quintas periféricas a sul da vila, exteriores ao perímetro urbano mas incluídas na área de estudo do POAVG.

Por outro lado é proposta da equipa responsável por este estudo o alargamento da UOPG para os limites da bacia directamente drenante para a albufeira o que leva à inclusão da totalidade do perímetro urbano do Torrão na área de estudo.

Opta-se assim por fazer uma referência a vila do Torrão, tendo por base essencialmente a informação disponível no PDMAS enquanto que para os elementos construídos existentes na área de estudo do POAVG se faz um levantamento fotográfico com uma descrição sumária tendo em vista uma análise de eventuais potenciais de reconversão e/ou compatibilização de actividades agrícolas existentes com actividades turísticas e de lazer a implementar. Esses elementos são localizados na Figura 22, identificando-se aqueles que cumprem funcionalidades específicas como a sub-estação, a pousada ou elementos de património construído e arqueológico.

2 – CARACTERIZAÇÃO DA VILA DO TORRÃO

A vila do Torrão, segundo centro urbano do concelho de Alcácer do Sal, situa-se em planalto dominante do plano de água, no topo Nordeste da albufeira de Vale do Gaio. Não estabelece uma relação directa com a albufeira, distando da margem mais próxima, um braço alimentado pelas linhas de água a Sul da vila, cerca de 1400m e desenvolve-se entre a cota 90 e a cota 114, cerca de 50m acima do Nível de Pleno Armazenamento – NPA.



A sua origem poderá dever-se à introdução no período romano de “...uma estrutura agrária de grande propriedade apoiada em “villas” (os actuais montes) associada à construção de uma rede viária de ligação dos centros principais”, estrutura esta que “consolidou uma forma de povoamento que permaneceu até hoje no concelho e em todo o Alentejo”(1). Existem no entanto vestígios de ocupação pré-histórica como por exemplo o povoado fortificado do calcolítico do monte das Tumbas.

No período da reconquista “...praticamente todo o território do concelho é entregue à Ordem de Santiago, assumindo esta a missão de defender e povoar o território”(2). Isto veio a consolidar a estrutura de propriedade, o latifúndio e a originar a polarização em dois centros: Alcácer do Sal e o Torrão, estando este último ligado ao apoio da actividade agrícola do interior do território.

Até ao nosso século esta estrutura da propriedade veio a condicionar o crescimento da vila e dificultar o desenvolvimento económico e social das populações locais, levando a um êxodo que fez com que a vila perdesse 70% da sua população entre 1960 e 1981.

Com as nacionalizações do período pós-1974 foi possível alterar este cenário, podendo a Câmara Municipal implementar um conjunto de processos de loteamento, de equipamentos e infra-estruturas que não conseguiram no entanto estancar o decréscimo populacional.

Desta postura resultou um Plano Geral de Urbanização em 1977 que apesar de nunca ter sido aprovado foi seguido como instrumento de gestão urbanística, vindo a fundamentar o perímetro urbano definido em 94 pelo Plano Director Municipal.

O continuado despovoamento parece dever-se à continuada crise do sector agrícola e a uma crescente primazia da sede de concelho, até pelo progressivo aumento da

desigualdade de acessibilidades. Este processo teve no entanto a contrapartida da ausência de grandes pressões de crescimento, podendo a Vila manter as características urbanas e traça tradicionais da região e apresentar uma imagem coerente e de qualidade.

Ressalve-se que esta imagem poderá ficar comprometida a prazo pelo acumular de edifícios em estado de degradação e/ou abandono se a actual falta de renovação do parque habitacional do centro urbano não for invertida.

A vila estrutura-se a partir da zona mais elevada e que se presume mais antiga, da Igreja Matriz e desenvolve-se no topo da elevação em direcção ao Convento de S. Francisco possivelmente ao longo da ligação para o Alvito (actual EN 383), sendo cruzada no topo nascente da Praça Bernardim Ribeiro pela estrada (actual EN 2) que vinda de Ferreira do Alentejo segue para Alcácer ou para Évora/Alcáçovas. É claramente evidente a adaptação da malha urbana à topografia, assumindo a direcção da encosta na zona mais baixa do Convento das Freiras, enquanto que do Largo de S. Francisco parte uma malha radial que se articula com a estrada para Ferreira do Alentejo.

Estes dois espaços públicos polarizam a actual estrutura urbana, dominada por elementos tipicamente alentejanos como as ruas estreitas e plenas de inflecções, bandas contínuas frequentemente integrando quintais que estabelecem um ritmo de cheios e vazios ou o branco dominante com a cor a sublinhar socos e molduras de vãos.

Em toda a zona Oeste do Torrão a malha urbana proporciona um conjunto de enfiamentos visuais sobre o desenvolvimento longitudinal do plano de água, introduzindo não só o elemento surpresa na percepção e leitura do contexto mas também a sugestiva presença da água.



Limitada a Norte, Nordeste e Noroeste pelo vale encaixado do Xarrama a vila expandiu-se para nascente entre os dois eixos viários referidos, adoptando naturalmente uma configuração mais contemporânea e funcional. De um modo geral dispõe dos serviços essenciais embora o comércio se situe num nível básico que corresponde às necessidades da população residente.

Saliente-se a existência de um significativo património arquitectónico e arqueológico estando classificada de Interesse Público a Igreja Matriz, de Valor Concelhio a Porta Manuelina na Rua das Freiras e com processos de classificação a decorrer como de Interesse Público a Ermida de Nossa Senhora do Bom Sucesso e a Igreja do Convento de S. Francisco. Para além deste património o PDMAS aponta a existência de um

conjunto de outras situações de que destacamos a estação arqueológica da Fonte Santa do período romano, o Solar dos Núncios ou o Palácio dos Távoras, que poderiam suportar iniciativas museológicas e culturais dinamizadoras da própria vila.

Deste conjunto de circunstâncias ressalta uma dinâmica praticamente inexistente, mas também um certo potencial. Existem condições para a introdução de processos de renovação e animação que se possam integrar, articular ou complementar nas ou com as propostas do POAVG, sem comprometer o carácter e a qualidade do conjunto urbano e contribuindo para uma possível mais valia para a vila e sua população.

3 – CARACTERIZAÇÃO DE ELEMENTOS CONSTRUÍDOS NA ÁREA DE ESTUDO

Nº 1 - Sub-Estação – Rede de distribuição eléctrica alta/média tensão.

Elemento bem conservado que apesar de uma volumetria razoável tem uma presença bastante discreta pela vegetação que o envolve.



Nº 2 – Herdade de Vale de Boi.

Herdade com dois montes, um em ruínas e o outro com intervenção recente mas em mau estado. Uso habitacional e pecuária, implantados nas imediações de linha de água, não aparentam dispor infra-estruturas e o acesso faz-se por carreteiro.



Nº 3 – Pousada de Vale de Gaio – Rede de Pousadas de Portugal da ENATUR.

Única intervenção de linguagem arquitectónica contemporânea de qualidade, com uma integração paisagística correcta e discreta. Completamente infraestruturada, beneficiando do único acesso pavimentado às margens da albufeira e em excelente estado de conservação, potencia e constitui-se como a única infra-estrutura de apoio ao usufruto da albufeira e da sua paisagem.



A título ilustrativo apresentam-se duas fotos de um ponto de vista aproximado, que permitem constatar a relevância das variações de cota do plano de água na definição de usos recreativos nesta zona à partida de maior potencial. A primeira foto foi tirada em Março de 1997 com um nível próximo do NPA e a segunda em Dezembro de 1998 com a cota aproximada de 34m.

Nº 4 – Herdade das Sesmarias da Francisca.

Herdade com várias construções dispersas em diferentes estados de conservação acrescentadas aos dois montes iniciais. Uso habitacional e pecuária intensiva, aparenta dispor de um sistema de lagoas para efluentes junto ao pavilhão identificado com o nº 5 . O acesso faz-se por carreteiro que conduz à zona da margem direita onde se forma no NPA uma pequena ilha. Em Dezembro de 1999 com a cota do plano de água a cerca 34m era perfeitamente praticável o acesso a esta ilha “eventual”.



Nº 5 - Herdade das Sesmarias da Francisca.

Pavilhão para suinicultura da herdade do nº anterior.

Nº 6 - Monte Manaus e Vale do Gaio.

Construção recente com 4 anos, sem pintura, sem infra-estruturas e com água de poço, destinado a habitação do rendeiro, agrupando instalações pecuárias e com acesso por carreteiro.

Nº 7 - Monte Vale do Gaio.

Constituído por três edificações agrupadas em linha num volume único de duas águas, em ruínas, sem infra-estruturas, implantado de maneira dominante sobre o vale que se desenvolve a nascente e com acesso por carreteiro.



Nº 8 - Monte Vale do Gaio.

Constituído por três edificações agrupadas em linha num volume único de quatro águas, com habitação do rendeiro no topo, centro em ruínas e topo sul para animais; sem infra-estruturas e com água de poço, implantado sobre linha de feito e com acesso por carreteiro.

Existe na propriedade uma antiga máquina agrícola (ceifeira-debulhadora a vapor?) em vias de degradação que é uma interessante peça de espólio industrial.



Nº 9 - Monte Franguins e Vale do Gaio.

Construção em ruínas sem infra-estruturas.

Nº 10 - Monte Franguino de Baixo.

Constituído por volume único de duas águas com as instalações para animais ocupando todo o lado nascente, abandonado e em mau estado de conservação; sem infra-estruturas, implantado nas vizinhança visual do nº 11 e com acesso por carreteiro.



Nº 11 - Monte Franguino de Cima.

Constituído por dois volumes sendo o segundo um forno e o primeiro habitação no topo norte e instalações pecuárias em cerca de dois terços do volume de duas águas, em razoável estado de conservação, sem infra-estruturas, implantado nas vizinhança visual do nº 10 e de um outro monte em ruínas a sul e com acesso por carreteiro.



Nº 12 - Monte Vale Sabugo.

Construção recente constituída por volume único de duas águas, sem infra-estruturas e com água de poço, destinado a habitação, implantado nas imediações de linha de água com galeria ripícola e com acesso por carreteiro.



Nº 13 -

Construção em bom estado de conservação constituída por volume único de duas águas, sem infra-estruturas, com uma presença discreta pela vegetação que o envolve e com acesso por carreteiro.



Nº 14 - Monte Vinha Moreira.

Constituído por volume de duas águas com um anexo no topo Norte, em ruínas, sem infra-estruturas, implantado de maneira dominante sobre o vale e com acesso por carreteiro. Terá sido adquirido recentemente não havendo indicações sobre o uso futuro.



Nº 15 - Monte Vale Bom.

Herdade constituída por vários edifícios em bom estado de conservação, uso habitacional e diversos usos agrícolas, com infra-estruturas e depósito de água próprio. Implantada com uma presença dominante, drena directamente para linha de água que foi represada para formar um pequeno açude de onde se faz a irrigação da propriedade. O acesso faz-se por carreteiro. Esta herdade constitui-se como a única na margem esquerda da albufeira já com uma dimensão considerável e com sinais de actividade agrícola intensiva.



Nº 16 – Monte Casa Novas.

Constituído por volume alongado de duas águas para habitação e pecuária, em início de ruínas, sem infra-estruturas, implantado em encosta e com acesso por carreteiro.



Nº 17 -

Construção para gado ovino. Volume de duas águas em razoável estado de conservação, com cobertura em chapa ondulada, sem infra-estruturas, implantada nas imediações de linha de água e com acesso por carreteiro. Na envolvente imediata existem seis grandes eucaliptos.



Nº 18 – Monte Vale de Cântaros.

Construção constituída por volume único em ruínas, sem infra-estruturas, implantado nas imediações de linha de água e com acesso por carreteiro.



Nº 19 – Monte Vale de Ranas.

Herdade com várias construções em razoável estado de conservação. Saliente-se um edifício com planta em “u” já com alguma dimensão e interesse. Uso habitacional e agro-pecuário (ovelhas), dispõe de infra-estruturas e posto de abastecimento de combustível próprio (gasóleo – em funcionamento?) e está implantado entre duas linhas de água. O acesso faz-se por carreteiro que conduz à zona da margem direita onde se localiza a capela em ruínas assinalada com o nº 21.



Nº 20 -

Constituído por dois volumes em ruínas sendo o segundo um forno e o primeiro antiga habitação actualmente adaptada para suínos, não tem infra-estruturas, está implantado nas vizinhança visual do nº 19 e tem acesso por carreteiro a partir da EN 5-2 ou do nº 19.



Nº 21 -

Capela em ruínas. Implantada em pequena península na margem direita beneficia de uma localização ímpar. Não tem infra-estruturas, acede-se por carreteiro e terá nas imediações dois montes submersos.



Nº 22 - Monte Morsela Velha.

Em ruínas, sem infra-estruturas.

Nº 23 - Monte Morsela Nova.

Herdade de média dimensão constituída por três edifícios em bom estado de conservação, com infra-estruturas, uso agrícola, implantado em festo dominante do vale (visível a partir da EN 5-2) e com acesso por carreteiro a partir da EN 5-2.



Nº 24 -

Pequena herdade constituída por um edifício de habitação com alguns anexos em tijolo para uso agrícola. Encontra-se em razoável estado de conservação, dispõe de infra-estruturas, está implantado em festo que domina uma das zonas de margem com declives mais suaves, é uma das construções mais próximas da albufeira e tem acesso por carreteiro a partir da EN 5-2.



Nº 25 - Monte da Costa.

Conjunto de três edifícios em bom estado de conservação com uso habitacional e agrícola, não parece ter infra-estruturas e com água de poço, drena directamente para linha de água muito próxima da albufeira, está implantado em festo igualmente próximo da margem e tem acesso por carreteiro a partir da EN 5-2.



Nº 26 – Troço de estrada em calçada que se supõe poder corresponder à estação arqueológica “Passadeiras”, do período Romano, identificada no PDMAS volume 3 capítulo V – Património Construído e Arqueológico Carta Anexa 1 com o nº 95.

Este elemento estava visível em Janeiro de 1999 quando a cota do plano de água era de aproximadamente 34m, sendo provável que fique submerso mesmo sem se atingir o NPA, uma vez que se prolongava para dentro de água estando imersos apenas alguns metros.

Nº 27 -

Arrecadação agrícola em chapa metálica, aparência bastante degradada, implantada em festo nas imediações do braço da margem esquerda da albufeira mais próximo do Torrão, sem infra-estruturas e com acesso por carreteiro.



Nº 28 -

Construção precária com uso habitacional, sem infra-estruturas, implantada em topo de encosta com uma negativa integração na paisagem e com acesso por carreteiro a partir da EN 5-2.



Nº 29 -

Construção recente constituída por volume único de duas águas, com infra-estruturas, destinado a habitação, implantada em festo com acentuado declive até ao plano de água e com acesso por carreteiro a partir da EN 5-2. Antes de se chegar à construção passa-se por dois campos de ténis em razoável estado de conservação.



Nº 30 -

Arrecadação agrícola em tijolo com cobertura de uma água em chapa em razoável estado de conservação.

Nº 31 – Capela e fonte de São João da Ponte

Pequena capela com fonte com data de 1915 anexa, junto à ponte sobre o Xarrama no acesso ao Torrão.



Nº 32 – “Calçadinha” – Troço de estrada Romana correspondente à estação arqueológica identificada no PDMAS volume 3 capítulo V – Património Construído e Arqueológico Carta Anexa 1 com o nº 91. Sinalizado e visitável.

Nº 33 – Estação Hidrométrica.

Situada naturalmente no leito do Xarrama.

Nº 34 - Construção de apoio agrícola integrada no conjunto nº 35.

Nº 35 –Quinta de Santa Maria

Quinta adjacente ao perímetro urbano do Torrão, desenvolve-se em terraços na encosta com muros de pedra aparelhada. Edifício com corpo central de dois pisos, ala nascente alpendrada com arcos circulares e ala poente mais funcional, possivelmente adstrita às actividades agrícolas. A propriedade dispõe de várias outras construções ligadas à exploração agrícola. Todo o conjunto está em bom estado de conservação, tem infra-estruturas e o acesso faz-se por arruamento da Vila. Implantada com uma presença dominante na encosta que desce para o braço da margem esquerda da albufeira mais próximo do Torrão, beneficia de um horizonte visual sobre o plano de água invejável.



Nº 36 - Horta das Mós.

Construção constituída por volume único de duas águas em razoável estado de conservação, aparentando não dispor de infra-estruturas, destinado a habitação, implantado nas imediações de linha de água e com acesso por carreteiro.



Nº 37 – Estação de Tratamento de Águas Residuais do Torrão

Nº 38 – Horta de São Roque.

Construção de dois pisos com escada exterior e telheiro, encontra-se em razoável estado de conservação, dispõe de infra-estruturas, está implantado muito próximo do limite do perímetro urbano do Torrão em posição proeminente na paisagem e tem acesso por carreteiro que conduz ao braço da margem esquerda da albufeira mais próximo do Torrão.



Nº 39 -

Instalações pecuárias em tijolo, com cobertura em chapa ondulada, implantada à beira de caminho consolidado que conduz à estação arqueológica do Monte das Tumbas (nº43). Está praticamente no limite do perímetro urbano do Torrão.



Nº 40 -

Pequena quinta com um edifício de habitação com cobertura de duas águas, em bom estado de conservação, com infra-estruturas, tem a sudoeste um conjunto de anexos precários, está implantada em elevação muito próxima do braço da margem esquerda da albufeira mais próximo do Torrão e tem acesso pelo carreteiro que conduz a este braço.



Nº 41 -

Instalações pecuárias em tijolo, com cobertura em chapa de argibetão, implantadas nas imediações de linha de água e com acesso por carreteiro.



Nº 42 -

Arrecadação agrícola com cobertura de uma água em chapa em razoável estado de conservação.



Nº 43 - “Monte das Tumbas” – Povoado fortificado do período calcolítico correspondente à estação arqueológica identificada no PDMAS volume 3 capítulo V – Património Construído e Arqueológico Carta Anexa 1 com o nº 30.

Sinalizado mas supostamente vedado e encerrado. Esta estação arqueológica é um lamentável exemplo da inconsciência de alguma população e incúria das entidades responsáveis. Os vestígios terão sido descobertos quando da realização de fundações de uma habitação unifamiliar, tendo o proprietário podido prosseguir com a construção até à sua quase conclusão, como se pode facilmente verificar numa visita ao local.

Actualmente é propriedade do IPPAR não havendo indicações sobre o seu futuro.



Nº 44 -

Construção recente constituída por volume único de duas águas, com infra-estruturas, destinado a habitação, implantada em festo e com acesso por caminho consolidado.



Nº 45 – Horta das Ameixas

Pequena herdade com vários edifícios em razoável estado de conservação, dispõe de infra-estruturas, implantada nas imediações de linha de água e com acesso por caminho consolidado.



Nº 46 – Monte das Sesmarias

Pequena herdade com vários edifícios em razoável estado de conservação, dispõe de infra-estruturas, implantada nas imediações de linha de água e com acesso por caminho consolidado.



4 - CONCLUSÕES

Do conjunto das situações apresentadas emerge um padrão de ocupação decorrente dos processos que configuraram a divisão da propriedade e a estrutura do povoamento no Alentejo. Ao longo das duas margens a grande propriedade traduz-se em construções isoladas –montes – a partir dos quais se faz a exploração agrícola, em muitos casos por rendeiros.

O carácter e a percepção destes montes difere nas duas margens por força da tipologia e dimensão e de uma diferente densidade do estrato arbóreo, predominando na margem direita conjuntos de várias construções implantados em zonas de povoamentos arbóreos pouco densos enquanto que na esquerda são mais comuns os pequenos montes rodeados de vegetação mais densa. Alguns destes montes encontram-se abandonados e parte deles em ruínas, sendo possível a reconversão de um conjunto de situações com localização e implantação mais favoráveis para usos turísticos e de lazer, caso tal opção se enquadre nos objectivos globais de intervenção do POAVG.

Na margem direita existem apenas 5 montes (números 2, 4/5, 19, 23 e 25) que apoiam actividade agro-pecuária, assistindo-se a algo que quase se poderia apelar de especialização: Vale de Boi (nº 2) cria gado bovino, Sesmarias da Francisca (nº 4/5) reúne ovinos e suínos com instalações consideráveis para estes últimos, Vale de Ranas (nº 19) parece mais vocacionado para ovinos enquanto que no Monte da Costa (nº 25) serão os suínos. O nº 24 com origem mais recente será uma situação particular pois situa-se em zona onde a propriedade está cadastrada como pequenas parcelas e a sua implantação torna-o quase um “posto de controle” no acesso a estas.

Na zona norte desta margem, mais próxima do Torrão e já sem contacto com a albufeira, onde se verifica pequena propriedade, registam-se duas construções mais recentes, uma bastante degradada (nº 28) e a outra uma habitação com dois campos de

ténis vizinhos (nº 29), que prefiguram uma ocupação periférica da vila. Esta situação se bem que a uma escala ainda muito reduzida, faz-se sentir mais no vale do Xarrama na margem esquerda a montante da albufeira e a Sul da vila ao longo de um caminho consolidado que conduz à estação arqueológica do Monte das Tumbas.

Aqui, como acontece aliás ao longo da EN 2 para Ferreira do Alentejo o muito maior parcelamento da propriedade origina uma maior densidade de elementos construídos, as hortas, criando uma espécie de zona de transição entre o aglomerado urbano e o "campo", com apetência para o aparecimento de ocupações recentes que querem tirar partido deste mesmo carácter (veja-se como exemplo o número 44). No âmbito do POAVG esta tendência deverá ser equacionada e ponderada face às áreas urbanizáveis disponíveis no perímetro urbano do Torrão e às previsões de continuação de decréscimo populacional.

Na restante margem esquerda volta a aparecer a grande propriedade destacando-se de entre montes mais modestos de rendeiros uns e abandonados outros, a Herdade de Vale Bom (nº 15) com uma estrutura e dimensão únicas na área de estudo. A menor acessibilidade de toda esta margem que ao contrário do que se passa na margem direita com a EN 5-2 a acompanhar o desenvolvimento da albufeira e a distribuir para um conjunto de caminhos que permitem o acesso à margem, se organiza através de uma rede de caminhos frequentemente inacessíveis à maioria dos veículos; condiciona naturalmente o potencial de intervenção e reconversão. Este facto concorrerá com uma menor aptidão natural de toda esta margem por força de factores como o declive das margens ou o menor conforto climático das suas encostas.

De um modo geral não podemos afirmar que existem implantações de elementos construídos particularmente adequadas a uma reconversão para usos turísticos ou de lazer. Apesar do recorte da albufeira com uma série de braços que se estendem para o interior do território, a maioria dos montes não tem sequer a percepção visual do plano de água, oculto pela ondulado do relevo ou pela vegetação. Também em termos arquitectónicos não se assinalam, com as eventuais excepções dos números 19 e (com mais reservas) 16, elementos dignos de registo.

No entanto considerando o alargado leque de actividades recreativas ligadas à natureza e os requisitos de cada uma, do conjunto de elementos existentes facilmente se poderão gerar situações de potencial que se possam enquadrar em programas de acção e desenvolvimento.

Acresce a este cenário a aptidão da vila do Torrão com o seu carácter e património, limitada no entanto pela sua implantação a montante da albufeira que dificulta uma relação permanente com o plano de água, sujeito que está a significativas variações de cota.

BIBLIOGRAFIA

OA, SISMET, HP. 1992 - Plano Director Municipal de Alcácer do Sal. Vol. III – Domínio Físico-Social. Câmara Municipal de Alcácer do Sal.